



# BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

## Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial



**BNP PARIBAS** | O banco para um mundo em mudança

Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial,  
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014



## ÍNDICE

---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2014 .....	4 e 5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	
Exercício findo em 31 de dezembro 2014 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2014 .....	6
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2014 .....	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2014 .....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 .....	9



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Aos Srs. Administradores

#### Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa 2.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa de Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa de Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

#### Ênfase

##### Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 a) Apresentação das Demonstrações financeiras, que divulgam: (i) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins; (ii) Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas anuais do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas-bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

#### Outros assuntos

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre o mesmo assunto descrito no parágrafo "Opinião com ressalva", em 23 de março de 2015.

São Paulo, 31 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2



**BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
Em 31 de dezembro de 2014

(Em reais mil)

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Circulante</b>		<b>24.202.220</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>8.572</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>4.427.484</b>
Aplicações no mercado aberto		3.970.928
Aplicações em depósitos interfinanceiros		262.883
Aplicações em moedas estrangeiras		193.673
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(5)</b>	<b>3.972.259</b>
Carteira própria		463.516
Vinculados a compromissos de recompra		2.961
Vinculados à prestação de garantias		448.937
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.876.541
Instrumentos financeiros derivativos		1.180.304
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>105.484</b>
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		102.465
Correspondentes		3.019
<b>Operações de crédito</b>	<b>(6)</b>	<b>2.481.006</b>
Setor privado		2.728.673
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.3)	(247.667)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>-</b>
Setor privado		126.476
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(126.476)
<b>Outros créditos</b>		<b>13.033.310</b>
Carteira de câmbio	(7.1)	10.764.854
Rendas a receber		16.734
Negociação e intermediação de valores		535.276
Diversos	(7.2)	1.812.517
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa		(96.071)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>174.105</b>
Despesas antecipadas		174.105
<b>Não Circulante</b>		<b>7.909.663</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>75.630</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		75.630
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(5)</b>	<b>918.380</b>
Carteira própria		92
Vinculados a compromissos de recompra		47.085
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		385.339
Instrumentos financeiros derivativos		485.864
<b>Operações de crédito</b>	<b>(6)</b>	<b>2.668.506</b>
Setor privado		2.733.337
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(64.831)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>-</b>
Setor privado		25.460
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(25.460)
<b>Outros créditos</b>		<b>3.957.667</b>
Carteira de câmbio	(7.1)	3.056.295
Diversos	(7.2)	901.520
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa		(148)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>289.480</b>
Despesas antecipadas		289.480
<b>Permanente</b>		<b>234.252</b>
<b>Investimentos</b>		<b>25.939</b>
Participação em controlada no País	(9)	18.984
Outros investimentos		6.955
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>17.763</b>
Outras imobilizações de uso		54.879
Depreciações acumuladas		(37.116)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>(6.2)</b>	<b>141.342</b>
Bens arrendados		235.757
Depreciações acumuladas		(94.415)
<b>Diferido</b>		<b>32</b>
Gastos de organização e expansão		13.106
Amortização acumulada		(13.074)
<b>Intangível</b>	<b>(8)</b>	<b>49.176</b>
Ativos intangíveis		77.896
Amortização acumulada		(28.720)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>32.346.135</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras





**BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

**Em 31 de dezembro de 2014**

(Em reais mil)

<b>PASSIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Circulante</b>		<b>20.369.392</b>
<b>Depósitos</b>	<b>(10)</b>	<b>3.175.476</b>
Depósitos à vista		173.796
Depósitos interfinanceiros		168.965
Depósitos a prazo		2.731.786
Depósitos em moeda estrangeira		100.929
<b>Captações no mercado aberto</b>		<b>1.391.907</b>
Carteira própria		50.389
Carteira de terceiros		1.341.518
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>742.848</b>
Obrigações por emissão de letras financeiras		742.848
<b>Relações interdependências</b>		<b>14.123</b>
Recursos em trânsito de terceiros		14.123
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>(11)</b>	<b>2.758.309</b>
Empréstimos no exterior		2.591.633
Repasses do país		98.962
Repasses do exterior		67.714
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(5)</b>	<b>1.783.737</b>
Instrumentos financeiros derivativos		1.783.737
<b>Outras obrigações</b>		<b>10.502.992</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.913
Carteira de câmbio	(7.1)	8.901.192
Sociais e estatutárias		97.994
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	178.114
Negociação e intermediação de valores		106.604
Dívida subordinada	(12.2)	17.929
Diversas	(12.3)	1.197.246
<b>Não Circulante</b>		<b>9.186.267</b>
<b>Depósitos</b>	<b>(10)</b>	<b>1.236.694</b>
Depósitos a prazo		980.434
Depósitos interfinanceiros		256.260
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>2.133.954</b>
Obrigações por emissão de letras financeiras		2.133.954
<b>Relações interdependências</b>		<b>40.066</b>
Recursos em trânsito de terceiros		40.066
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>(11)</b>	<b>164.953</b>
Repasses do país		83.220
Repasses do exterior		81.733
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(5)</b>	<b>1.061.626</b>
Instrumentos financeiros derivativos		1.061.626
<b>Outras obrigações</b>		<b>4.548.974</b>
Carteira de câmbio	(7.1)	3.125.768
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	384.133
Dívida subordinada	(12.2)	840.675
Diversas	(12.3)	170.836
Resultado de exercícios futuros		27.562
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(13)</b>	<b>2.790.476</b>
Capital social:		1.621.902
De domiciliados no País		905.170
De domiciliados no exterior		716.732
Aumento de capital		525
Reservas de capital		200.740
Reservas de lucros		971.437
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.128)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>32.346.135</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014**

(Em reais mil)

	<u>NOTAS</u>	<u>01.07 a</u> <u>31.12.2014</u>	<u>01.01 a</u> <u>31.12.2014</u>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>1.729.537</b>	<b>2.594.417</b>
Operações de crédito		694.585	1.425.040
Operações de arrendamento mercantil		10.403	25.075
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		415.602	635.493
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		346.758	186.556
Resultado de operações de câmbio		261.482	265.626
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		707	56.627
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(1.182.657)</b>	<b>(1.622.527)</b>
Operações de captação no mercado		(442.361)	(829.374)
Operações de empréstimos e repasses		(586.124)	(494.788)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(154.172)	(298.365)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>546.880</b>	<b>971.890</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(317.484)</b>	<b>(628.172)</b>
Receitas de prestação de serviços		168.680	287.988
Rendas com tarifas bancárias		41.146	73.263
Despesas de pessoal		(122.604)	(232.851)
Resultado de participação em controlada	(9)	3.187	7.696
Outras despesas administrativas		(334.938)	(660.184)
Despesas tributárias		(52.449)	(96.474)
Outras receitas operacionais	(14.1)	141.827	247.723
Outras despesas operacionais	(14.2)	(162.333)	(255.333)
<b>Resultado operacional</b>		<b>229.396</b>	<b>343.718</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2.110</b>	<b>2.054</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>231.506</b>	<b>345.772</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(15)	<b>(74.775)</b>	<b>(98.161)</b>
Provisão para imposto de renda		(71.991)	(87.175)
Provisão para contribuição social		(39.030)	(46.377)
Ativo fiscal diferido		36.246	35.391
<b>Participações no lucro</b>		<b>(40.335)</b>	<b>(72.734)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>116.396</b>	<b>174.877</b>
<b>Lucro líquido por ação - em R\$</b>		<b>0,13</b>	<b>0,19</b>



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014**

(Em reais mil)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros			Avaliação Patrimonial	Total do Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária	Ajuste de Especiais			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>1.132.680</b>	<b>72.381</b>	<b>325.525</b>	<b>120.766</b>	<b>605.077</b>	<b>175.326</b>	<b>(476)</b>	<b>(75.661)</b>	<b>2.355.618</b>
Homologação do aumento de capital	72.381	(72.381)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	525	-	-	(525)	-	-	-	-
Redução de Capital (Nota 13)	(75.661)	-	-	-	-	-	-	75.661	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	-	-	(3.652)	-	(3.652)
Incorporação PL Cetelem Brasil S.A.	367.717	-	-	-	-	-	-	-	367.717
Incorporação de Reservas de ágio da Cetelem Brasil S.A.	124.785	-	(124.785)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	174.877	174.877
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	8.744	-	-	-	(8.744)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	-	-	-	62.049	-	(62.049)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(83.084)	(83.084)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1.621.902</b>	<b>525</b>	<b>200.740</b>	<b>129.510</b>	<b>604.552</b>	<b>237.375</b>	<b>(4.128)</b>	<b>-</b>	<b>2.790.476</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>	<b>1.129.400</b>	<b>-</b>	<b>325.525</b>	<b>123.690</b>	<b>605.077</b>	<b>198.165</b>	<b>(3.024)</b>	<b>32.718</b>	<b>2.411.551</b>
Aumento de capital	-	525	-	-	(525)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	-	-	-	(1.104)	-	(1.104)
Incorporação PL Cetelem Brasil S.A.	367.717	-	-	-	-	-	-	-	367.717
Incorporação de Reservas de ágio da Cetelem Brasil S.A.	124.785	-	(124.785)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	116.396	116.396
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	5.820	-	-	-	(5.820)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	-	-	-	39.210	-	(39.210)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(83.084)	(83.084)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1.621.902</b>	<b>525</b>	<b>200.740</b>	<b>129.510</b>	<b>604.552</b>	<b>237.375</b>	<b>(4.128)</b>	<b>-</b>	<b>2.790.476</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014**

(Em reais mil)

	<b>01.07 a 31.12.2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2014</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>406.222</b>	<b>681.480</b>
Lucro líquido	116.396	174.877
Depreciações e amortizações	6.301	12.271
Depreciação de bens arrendados	32.075	76.503
Superveniência de depreciação	30.536	44.188
Reversão de perdas por obsolescência	(195)	(195)
Resultado de participação em controlada	(3.187)	(7.696)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	159.164	127.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	154.172	298.365
Provisão para fianças	(36.520)	(40.865)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	(7.744)	6.196
Tributos diferidos	(36.246)	(35.391)
Participações nos lucros e bônus	35.004	58.911
Provisão - outras	(2.541)	(427)
Provisão para perdas operacionais	(1.814)	1.519
Serviços prestados a receber	(43.145)	(44.124)
Amortização de despesas antecipadas	5.975	10.472
Variação monetária	(2.009)	(727)
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>1.440.738</b>	<b>1.437.523</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(198.562)	234.105
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	203.461	958.393
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(38.121)	(51.618)
(Aumento) Redução em relações interdependências	17.590	5.055
(Aumento) Redução em operações de crédito	209.268	140.432
(Aumento) Redução em outros créditos	(8.545.911)	(9.512.944)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(35.841)	(120.962)
(Aumento) Redução de imobilizado de arrendamento	8.804	22.151
Aumento (Redução) em depósitos	(10.334)	(869.265)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	211.797	(644.214)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	925.229	1.761.890
Aumento (Redução) Sociais e Estatutária - PLR	(22.054)	(36.874)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	944.489	899.795
Aumento (Redução) em outras obrigações	7.764.965	8.642.727
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	5.958	8.852
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.839.960</b>	<b>2.119.003</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(Aquisição) Alienação de investimentos	11.570	21.568
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(3.436)	(7.732)
(Aquisição) Alienação de diferido	1	1
(Aquisição) Alienação de intangível	(1.942)	(2.458)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>6.193</b>	<b>11.379</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	(7.000)	(54.399)
Aumento de capital	(21.649)	(21.649)
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	156.622	126.546
<b>CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>127.973</b>	<b>50.498</b>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.981.126</b>	<b>2.180.880</b>
No início do período	2.250.835	2.051.081
No fim do período	4.231.961	4.231.961
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.981.126</b>	<b>2.180.880</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**  
**Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

(Em reais mil)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Conselho Monetário Nacional - CMN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.**

**a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de Junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº11.638/07 e nº11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do Bacen nº 3.701, de 31 de Março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Conforme o § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras e fundo de investimento:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A. (nova denominação do Banco BGN S.A.)	Bancária	Brasil
Fundo Proprietário	Fundo de Investimento	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

**Banco Cetelem S.A. (nova denominação do Banco BGN S.A.)**

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

Em 01 de Abril de 2014, através da Ata da Assembleia Extraordinária, os acionistas deliberaram a alteração da denominação social da sociedade, passando de "Banco BGN S.A.", para "Banco Cetelem S.A."

Em Ata de assembleia geral extraordinária, realizada em 01 de agosto de 2014, foi aprovada a incorporação do Patrimônio Líquido contábil da Cetelem Brasil Crédito, Financiamento e Investimento S.A. pelo Banco Cetelem S.A., ambos controlados pela Cetelem América Ltda., com a transferência do patrimônio líquido contábil correspondente a R\$ 367.717 na data-base 30 de junho de 2014. Em razão da incorporação, a Cetelem Brasil é sucedida pelo Banco Cetelem S.A. em todos os seus bens, direitos e obrigações. O processo de incorporação teve por objetivo maximizar a eficiência e lucratividade das instituições.

A Incorporação da Cetelem Brasil S.A. pelo Banco Cetelem foi aprovada pelo Banco Central do Brasil através do ofício nº 18541 Pt1401598745/2014-BCB/Deorf/GTSP2 de 24.11.2014.

**BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (transfêrencia do controle acionário)**

O BGN Leasing S.A. tinha como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

O Banco Central do Brasil através do ofício nº 10960/2014-BCB/Deorf/GTSP2, datado de 17 de julho de 2014, autorizou a transferência do controle societário da BGN Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil para a Júlio Simões Logística Holding Financeira Ltda.

**BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior**

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A. O fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

**b) Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros; v) ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e vi) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Conglomerado, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

No exercício de 2014 o BACEN não aprovou mais nenhum pronunciamento CPC.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.



### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) *Apuração do resultado*

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Nas operações de arrendamento mercantil, é apurado pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índice e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

#### b) *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº3.064/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

#### c) *Aplicações Interfinanceiras de Liquidez*

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### d) *Títulos e Valores Mobiliários*

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial – líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Conglomerado não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2014.

#### e) *Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)*

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção “hedge” ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- **“Hedge” de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “hedge”. Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **“Hedge” de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de “hedge” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.

#### f) *Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de cessão de crédito são registradas contabilmente com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2011 cujos efeitos produzidos na adoção modificaram os procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

No exercício de 2014 foram revendidos créditos consignados adquiridos do Banco BMG no montante de R\$ 1.245.909, sem qualquer tipo de coobrigação ou prestação de garantias, e apurou lucro na venda no montante de R\$55.920 e; foram revendidos créditos consignados adquiridos do Banco BCV no montante de R\$30.296, sem qualquer tipo de coobrigação ou prestação de garantias, e apurou lucro na venda no montante de R\$707.

A administração, com base nos termos do contrato de revenda, classificou a transação como operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, nos termos da Resolução CMN nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.



**g) Imobilizado de Arrendamento**

O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é deduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria do Ministério da Fazenda-MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil, quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado.

Atualmente, a carteira de arrendamento está composta apenas por veículos, cujo prazo de depreciação é de 42 meses. O Conglomerado, visando atender ao regime de competência, também constituiu superveniência de depreciação, classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

**h) Outros valores e bens**

Outros valores e bens referem-se basicamente a despesas antecipadas por: i) aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e ii) gastos com acordos comerciais firmados com parceiros, objetivando aumentar a oferta, disponibilidade e exploração dos produtos financeiros nas redes de lojas, e são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos respectivos contratos, que varia de três a dez anos.

**i) Investimentos**

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

**j) Imobilizado de Uso**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos e 10% para outros bens.

**k) Ativo Diferido**

O ativo diferido, representado por gastos de organização e expansão, é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos.

**l) Ativo Intangível**

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

**m) Redução ao Valor Recuperável**

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada. Em 1 de agosto de 2014, o Banco incorporou os saldos de ativos não financeiros da Cetelem Brasil cuja provisão para obsolescência montava em R\$ 195.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

A Administração do Conglomerado não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos financeiros e não financeiros em 31 de dezembro de 2014.

**n) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.

**p) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias.



**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

<u>Descrição</u>	<b>31.12.2014</b>
Disponibilidade	8.572
Aplicações no mercado aberto (a)	3.970.928
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	58.788
Aplicações em moedas estrangeiras (a)	193.673
<b>Total</b>	<b>4.231.961</b>

(a) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)**

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

**5.1. Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento**

	<b>31.12.2014</b>							
	<u>Ajuste a mercado</u>			<u>Por Vencimento</u>				
	<u>Valor de custo/contrato</u>	<u>Resultado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>Acima de 360</u>
<b>Títulos para negociação</b>								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	26	-	-	26	-	26	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	752.714	87	-	752.801	59.128	684.421	-	9.252
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.423.272	(10.016)	-	1.413.256	5.036	127.130	-	1.281.090
	<b>2.176.012</b>	<b>(9.929)</b>	<b>-</b>	<b>2.166.083</b>	<b>64.164</b>	<b>811.577</b>	<b>-</b>	<b>1.290.342</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>								
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.067.992	-	(9.604)	1.058.388	49.978	340.134	235.851	432.425
	<b>1.067.992</b>	<b>-</b>	<b>(9.604)</b>	<b>1.058.388</b>	<b>49.978</b>	<b>340.134</b>	<b>235.851</b>	<b>432.425</b>
<b>Subtotal do ativo</b>	<b>3.244.004</b>	<b>(9.929)</b>	<b>(9.604)</b>	<b>3.224.471</b>	<b>114.142</b>	<b>1.151.711</b>	<b>235.851</b>	<b>1.722.767</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos - Ativo</b>								
Operações de opções	257.021	99.743	-	356.764	47.974	22.813	25.499	260.478
Operações a termo	974.948	11.222	-	986.170	62.522	883.978	24.946	14.724
Operações de “swap”	217.776	105.458	-	323.234	942	47.472	64.158	210.662
	<b>1.449.745</b>	<b>216.423</b>	<b>-</b>	<b>1.666.168</b>	<b>111.438</b>	<b>954.263</b>	<b>114.603</b>	<b>485.864</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.693.749</b>	<b>206.494</b>	<b>(9.604)</b>	<b>4.890.639</b>	<b>225.580</b>	<b>2.105.974</b>	<b>350.454</b>	<b>2.208.631</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos - Passivo</b>								
Operações de opções	389.637	124.542	-	514.179	56.592	63.681	54.893	339.013
Operações a termo	832.931	10.679	-	843.610	15.182	750.676	488	77.264
Operações de “swap”	1.296.476	191.098	-	1.487.574	144.754	416.040	281.431	645.349
<b>Total do passivo</b>	<b>2.519.044</b>	<b>326.319</b>	<b>-</b>	<b>2.845.363</b>	<b>216.528</b>	<b>1.230.397</b>	<b>336.812</b>	<b>1.061.626</b>

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

**5.2. Instrumentos financeiros derivativos**

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de “swap”, termos, opções e futuros, registradas na BM&F Bovespa ou na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de “swap”** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço. O valor justo dos “swaps” é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Sholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.



**5.3. Valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos registrados em conta de compensação**

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	34.497.995	11.624.890	49.611.086	8.652.395	104.386.366
Taxa de juros	4.141.230	-	19.335.780	46.817	23.523.827
Outros	238.246	-	-	-	238.246
<b>Total 2014</b>	<b>38.877.471</b>	<b>11.624.890</b>	<b>68.946.866</b>	<b>8.699.212</b>	<b>128.148.439</b>

**5.4. Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos**

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&F Bovespa e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R\$ 346.695 e de fiança bancária no valor de R\$ 100.

**5.5. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"**

Em 31 de Dezembro de 2014, o Conglomerado possuía as seguintes posições em operações:

**"Hedge" de Risco de Mercado**

Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Ajuste de mercado	Ajuste no Resultado
DI Futuro	02.01.2018	3.046.724	CDI	Pré	3.076.494	3.050.720	(14.028)
DI Futuro	02.01.2020	14.277	LF	Pré	15.067	14.284	(411)
DI Futuro	04.01.2016	235.393	CDB	Pré	253.150	252.204	947
DI Futuro	04.01.2016	93.721	DISU Resolução 3.444	Dólar	91.225	93.790	11.889
DI Futuro	02.01.2023	354.922	DISU Resolução 4.192	Dólar	348.209	355.144	(6.936)

**"Hedge" de Fluxo de Caixa**

Instrumento			Objeto de "Hedge"			Ajuste no Patrimônio Líquido	
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de mercado	Ajuste no resultado	
DI Futuro	04.01.2018	54.533	CDB	Pós	55.115	54.556	(226)
DI Futuro	04.01.2016	299.575	LF	Pós	302.050	299.705	(1.409)

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Apresentamos a seguir as informações relativas as operações de crédito; que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros Entes e operações de empréstimos e CDC atrelados a cartão de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil:

**6.1. Composição por operação e por nível de risco**

**Operações de crédito**

	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamento	Financiamento Rural e Agroindustriais	Arrendamento Mercantil	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio	Títulos de Créditos a Receber	Total
	AA	530.705	98.108	58.263	141.342	698.663	-
A	4.012.271	107.426	26.558	-	655.433	1.369.153	6.170.841
B	123.851	812	30.752	-	315.964	22.769	494.148
C	85.079	511	-	-	87.836	9.498	182.924
D	72.272	315	-	-	-	4.779	77.366
E	42.200	322	-	-	-	3.766	46.288
F	44.490	282	-	-	-	2.677	47.449
G	38.614	98	-	-	-	1.065	39.777
H	188.427	654	-	-	-	571	189.652
<b>Total 31.12.2014</b>	<b>5.137.909</b>	<b>208.528</b>	<b>115.573</b>	<b>141.342</b>	<b>1.757.896</b>	<b>1.414.278</b>	<b>8.775.526</b>
<b>PDD</b>	<b>303.400</b>	<b>4.598</b>	<b>4.500</b>	<b>-</b>	<b>84.596</b>	<b>11.623</b>	<b>408.717</b>

**6.1.2. Composição por setor de atividade**

Descrição	31.12.2014	
	R\$	%
<b>Setor privado:</b>		
Pessoa Física	5.821.005	66,33
Serviços	1.847.035	21,05
Indústria	954.545	10,88
Comércio	152.941	1,74
<b>Total</b>	<b>8.775.526</b>	<b>100,00</b>





**6.1.3. Composição por vencimento**

<u>Descrição</u>	<b>31.12.2014</b>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>
<b>A vencer:</b>		
Até 180 dias	3.845.995	43,83
De 181 a 360 dias	1.922.078	21,90
Acima de 361 dias	2.784.953	31,74
<b>Vencidos:</b>		
Até 14 dias	2.812	0,03
De 15 a 60 dias	29.793	0,34
Vencidas há mais de 60 dias	189.895	2,16
<b>Total</b>	<b>8.775.526</b>	<b>100,00</b>

**6.2. Carteira de Arrendamento a Valor Presente**

<u>Descrição</u>	<b>31.12.2014</b>
Arrendamentos a receber	57.184
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(57.184)
Valores residuais a realizar	94.751
Valores residuais a balancear	(94.751)
Imobilizado de arrendamento	235.757
Depreciações acumuladas	(193.422)
Superveniências de depreciações	99.007
<b>Total - Carteira de arrendamento</b>	<b>141.342</b>

**6.3. Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

<u>Descrição</u>	<b>31.12.2014</b>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>344.354</b>
Constituição líquida	409.357
Reversão da provisão	(110.992)
Baixa da provisão	(234.002)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>408.717</b>
Provisão requerida pela Resolução 2.682/99	304.127
Provisão complementar	104.590

Em 2014 houve recuperação de créditos referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$ 42.254. Os créditos renegociados no exercício montam R\$ 1.528.691.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão em relação a carteira de crédito equivale a 4,66%.

**7. OUTROS CRÉDITOS**

**7.1. Carteira de câmbio**

<u>ATIVO</u>	<b>31.12.2014</b>
Câmbio comprado a liquidar	6.617.789
Direitos sobre venda de câmbio	7.241.221
Cambiais em moeda estrangeira	1.282
Adiantamentos em moeda nacional	(54.513)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	15.370
<b>Total</b>	<b>13.821.149</b>
Curto prazo	10.764.854
Longo prazo	3.056.295
<u>PASSIVO</u>	<b>31.12.2014</b>
Câmbio vendido a liquidar	7.475.834
Obrigações por compra de câmbio	6.293.652
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(1.742.526)
<b>Total</b>	<b>12.026.960</b>
Curto prazo	8.901.192
Longo prazo	3.125.768

As compras e vendas de câmbio no mercado futuro são tratados como derivativos (compras/vendas a termo) e estão mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida ao resultado do exercício. Tais transações estão registradas no grupo de operações de câmbio na demonstração do resultado do exercício. A marcação a mercado foi negativa em R\$ 73 milhões em 2014.



**7.2. Diversos**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Crédito tributário de impostos e contribuições	748.006
Recompra antecipada	9.727
Adiantamento de comissão	15.580
Valores a receber de sociedades ligadas	8.013
Impostos e contribuições a compensar	44.717
Devedores diversos – Exterior	42.648
Devedores diversos – País	19.402
Adiantamentos diversos	13.692
Títulos de créditos a receber	1.414.278
Devedores por depósitos em garantia	397.974
<b>Total</b>	<b><u>2.714.037</u></b>
Curto prazo	<u>1.812.517</u>
Longo prazo	901.520

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>01.01.2014</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2014</u>
<b>Imposto de renda</b>				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80.857	97.953	(52.719)	126.091
Ajuste a mercado de derivativos	7.273	31.976	(7.273)	31.976
Provisão títulos disponíveis para venda	1.409	992	-	2.401
Provisão para riscos fiscais	78.121	13.247	(2.075)	89.293
Provisão para outros passivos contingentes	57.911	14.547	(43.843)	28.615
Provisão de avais e fianças	34.610	9.956	(20.173)	24.393
Provisão para outros passivos	31.199	25.292	(27.805)	28.686
Provisões diversas	20.246	15.817	(13.797)	22.266
Amortização Ágio	127.720	2.165	(22.696)	107.189
Prejuízo fiscal	<u>11.762</u>	<u>-</u>	<u>(4.987)</u>	<u>6.775</u>
	451.108	211.945	(195.368)	467.685
<b>Contribuição social</b>				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.514	58.773	(31.631)	75.656
Ajuste a mercado de derivativos	4.069	18.890	(4.069)	18.890
Provisão títulos disponíveis para venda	846	595	-	1.441
Provisão para riscos fiscais	46.872	7.949	(1.243)	53.578
Provisão para outros passivos contingentes	34.746	8.728	(26.307)	17.167
Provisão de avais e fianças	20.765	5.974	(12.104)	14.635
Provisão para outros passivos	18.721	15.176	(16.680)	17.217
Provisões diversas	12.148	9.491	(8.281)	13.358
Amortização Ágio	76.632	1.299	(13.617)	64.314
Base negativa	<u>7.057</u>	<u>-</u>	<u>(2.992)</u>	<u>4.065</u>
	270.370	126.875	(116.924)	280.321
<b>Total 2014</b>	<b><u>721.478</u></b>	<b><u>338.820</u></b>	<b><u>(312.292)</u></b>	<b><u>748.006</u></b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2014 é:

<u>Projeção</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>de 2020</u> <u>até 2024</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	264.027	104.695	108.590	46.438	46.748	177.508	748.006

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2014, é estimado em R\$ 504.949 utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.



## 8. INTANGÍVEL

É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$ 38.758, decorrentes da exploração do negócio de cartões de créditos, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por "impairment" ao menos anualmente, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$ 10.418.

	Em 2014				Valor líquido
	(%)	Custo	Amortização Acumulada	"Impairment"	
Ágio incorporado - Submarino Finance (i)	20	45.989	(7.231)	-	38.758
Outros ativos intangíveis	20	31.911	(21.489)	(4)	10.418
<b>Total</b>		<b>77.900</b>	<b>(28.720)</b>	<b>(4)</b>	<b>49.176</b>

(i) O prazo de amortização é de 20 anos, a se encerrar em fev/2026.

## 9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

**BNP Paribas Asset  
Management Brasil Ltda.**  
**31.12.2014**

Informações relevantes sobre o investimento

Patrimônio Líquido	25.523
Resultado do exercício	10.297
Participação no capital	74,38%
Resultado da participação em controlada	7.695
Valor contábil do investimento	18.984

## 10. DEPÓSITOS

Segue abaixo a captação em depósitos existente em 31 de dezembro de 2014 por vencimento:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 2014
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Depósito à vista	173.796	-	-	-	-	173.796
Depósito interfinanceiro	-	56.095	35.432	77.438	256.260	425.225
Depósito a prazo	-	248.621	536.874	1.946.291	980.434	3.712.220
Depósito em moeda estrangeira	100.929	-	-	-	-	100.929
<b>Total</b>	<b>274.725</b>	<b>304.716</b>	<b>572.306</b>	<b>2.023.729</b>	<b>1.236.694</b>	<b>4.412.170</b>

## 11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	31.12.2014
Empréstimos e repasses	2.923.262
Curto prazo	2.758.309
Longo prazo	164.953

• Obrigações em Moedas Estrangeiras - financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:

i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 29 de novembro de 2015 com encargos financeiros que variam de 0,29% a.a. a 0,64% a.a., além da respectiva variação cambial;

ii) Outros empréstimos, vencíveis até 30 de setembro de 2015, com encargos financeiros que variam de 5,64% a.a. a 7,08% a.a., além da respectiva variação cambial.

• Operações de Repasses do País FINAME - vencíveis até 17 de junho de 2019 com encargos que variam de:

i) 7,50% a.a. acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;

ii) 3,80% a.a. a 6,50% a.a. para operações em R\$ - PRÉ; e

iii) 2,50% a.a. para operações em UMBNDES.

• FUNCAFE com encargos de 2,00% a.a., vencíveis até 25 de julho de 2016 e

• Repasses do Exterior, com encargos financeiros que variam de 0,62% a.a. a 1,30% a.a., vencíveis até 11 de fevereiro de 2016.

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 12.1. Composição Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31.12.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	120.214
Provisão para riscos fiscais (a)	382.121
Impostos e contribuições a recolher	32.058
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b)	27.854
<b>Total</b>	<b>562.247</b>
Curto prazo	178.114
Longo prazo	384.133

(a) Em 31 de dezembro de 2014 a provisão para riscos fiscais é composta principalmente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$ 278.778 e R\$ 44.873, respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$ 50.779 referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

(b) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente a superveniência de depreciação no montante de R\$ 24.752, e, com os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 1.090.



**12.2. Composição Outras Obrigações - Dívida subordinada**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Dívida subordinada – Resolução CMN 3.444/07 (a)	375.170
Dívida subordinada – Resolução CMN 4.192/13 – Pendente de autorização do BACEN (b)	483.435
<b>Total</b>	<b>858.605</b>
Curto prazo	17.929
Longo prazo	840.675

(a) A dívida subordinada emitida pela Res. CMN 3.444/07 está representada por recursos captados por meio de emissão de “fixed rate notes” no valor de US\$ 125 milhões equivalente a R\$ 361.970, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2014, vencível até Janeiro de 2016, com juros de 5,46% a.a., e pela emissão de letras financeiras no valor de R\$ 13.200, vencíveis até Fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a..

(b) A dívida subordinada emitida pela Res. CMN 4.192/13, está pendente de autorização do Banco Central para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, e está representada por recursos captados por meio de emissão de “fixed rate notes” no valor de US\$ 175 milhões equivalente a R\$ 483.435, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2014, vencível até janeiro de 2023, com juros de 5,27% a.a.

**12.3. Composição de Outras Obrigações -Diversas**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Valores a pagar a sociedade ligada	9.193
Provisão de despesas de pessoal	116.300
Provisão para perdas com fianças e avais	97.571
Provisão para passivos contingentes cíveis	80.597
Provisão para contingência trabalhista	33.862
Valores a serem liberados aos conveniados	925.180
Provisão para despesas administrativas	73.281
Outras	32.098
<b>Total</b>	<b>1.368.082</b>
Curto prazo	1.197.246
Longo prazo	170.835

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

**12.3.1. Movimentação dos passivos contingentes**

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>			
	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo inicial em 01.01.2014</b>	<b>335.818</b>	<b>50.735</b>	<b>54.784</b>	<b>441.337</b>
Constituição	46.322	55.771	9.187	111.280
Reversão/pagamento	(24.721)	(42.441)	(14.772)	(81.934)
Atualização monetária	24.702	1	1.194	25.897
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>382.121</b>	<b>64.066</b>	<b>50.393</b>	<b>496.580</b>

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2014, os riscos considerados como de perda possível e remota montam em R\$ 151.849.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**13.1. Capital social**

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	166.829
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

**Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial e do Banco BNP Paribas Brasil S.A.**

	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Cetelem CFI</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	1.430.393	1.360.083	-	2.790.476
Lucro líquido do exercício	109.562	44.351	20.964	174.877

**a) Destinação do resultado**

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 174.877 foi integralmente destinado, sendo R\$ 8.744 a título de Reserva Legal; conforme Estatuto Social; R\$ 21.000 a título de Juros sobre Capital Próprio (R\$ 14.000 pagos em 2014), cuja opção pela sua distribuição proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 8.400 no exercício, R\$ 62.049 para rubrica reservas especiais de lucros, e por deliberação dos acionistas controladores o restante foi distribuído a título de dividendos no valor de R\$ 83.084.

Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, 5% são destinados para a constituição da reserva legal.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A.	1%



**14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**14.1. Outras receitas operacionais**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Reversão de provisões trabalhistas	34.863
Reversão de provisões de fianças	40.865
Receitas sobre pré-pagamentos em operações de crédito	54.901
Variação cambial	20.248
Receitas - multas por atraso	29.532
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	28.568
Taxa de participação	1.134
Recuperação de encargos e despesas	18.647
Outras	18.965
<b>Total</b>	<b><u>247.723</u></b>

**14.2. Outras despesas operacionais**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Constituição e atualização em depósitos judiciais	51.678
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	45.873
Descontos concedidos em renegociações	22.468
Convênios	13.807
Despesas com fraudes	10.019
Comissão de adiantamento a fornecedor	16.350
Provisão para despesas com reestruturação	4.870
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	10.472
Provisão para perdas operacionais	5.371
Despesas com parceiros e fundo de marketing	2.611
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	1.233
Outras	37.109
Variação cambial	33.472
<b>Total</b>	<b><u>255.333</u></b>

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	231.506
(-) Participação dos empregados no lucro	(40.335)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social	191.171
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(68.045)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal :	
Exclusões (adições) permanentes	
Resultado de equivalência patrimonial	1.275
Dividendos	12.583
Receitas não tributáveis/Despesas ineditáveis, doações e incentivos	(20.588)
<b>Total</b>	<b><u>(74.775)</u></b>

**16. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**16.1. Compromissos, garantias e outras responsabilidades**

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 4.598.909 e estão registradas em contas de compensação. O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante de R\$ 97.571 registrada em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 12.3).

**16.2. Administração de recursos de terceiros**

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$ 26.975.550.

**16.3. Operações vinculadas**

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2014</u>			
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita (Despesa)</u>	
			<u>Variação cambial</u>	<u>Juros</u>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	8.399	-	-	323
Empréstimos no exterior	-	9.597	(1.178)	(323)

**16.4. Transações com partes relacionadas**

**16.4.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração**





A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$ 15.338, benefícios de curto prazo de R\$ 8.454 e longo prazo de R\$ 1.902.

**16.4.2. Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição	31.12.2014	
	Ativos/(Passivos)	Receita/(Despesa)
<b>Disponibilidade em moeda estrangeira</b>	<b>940</b>	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	(940)	-
<b>Arrendamento mercantil</b>	<b>141.342</b>	<b>25.075</b>
Arval Brasil Ltda.	(141.342)	(25.075)
<b>Serviços Prestados a Receber</b>	<b>3.994</b>	<b>1.966</b>
Arval Brasil Ltda.	(3.994)	(1.966)
<b>Devedores diversos - exterior</b>	<b>42.648</b>	<b>37.441</b>
BNP Paribas S.A. - Nova York	-	(270)
BNP Paribas S.A. - Colombia	(489)	(3.254)
BNP Paribas S.A. - Paris	(42.159)	(33.917)
<b>Outros Créditos - Valores a receber de sociedades ligadas</b>	<b>768</b>	<b>(37.765)</b>
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	(749)	16.042
Cetelem Serviços Ltda.	(19)	21.723
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(3.412)</b>	-
Arval Brasil Ltda.	2.994	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	33	-
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	5	-
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	347	-
BGN Leasing S.A. - AM	21	-
Cetelem Serviços Ltda.	12	-
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>(75.266)</b>	<b>(5.229)</b>
BNP Paribas Participações e Serviços Ltda.	87	9
Arval Brasil Ltda.	63.093	3.935
Cetelem America S.A.	1.240	115
Cetelem Serviços Ltda.	8.625	991
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	2.221	179
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>(2.731.483)</b>	<b>(338.580)</b>
BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York e Suisse)	2.731.483	338.580
<b>Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas</b>	<b>(1.948)</b>	<b>28.069</b>
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	1.368	-
Cardif do Brasil S.A.	580	(28.069)
<b>Outras obrigações - Dívida subordinada</b>	<b>(349.881)</b>	<b>(57.699)</b>
BNP Paribas S.A. (Paris)	349.881	57.699
<b>Outras obrigações - Dívida subordinada pendente de autorização</b>	<b>(476.499)</b>	<b>(84.070)</b>
BNP Paribas S.A. Bélgica	476.499	84.070

**16.5. Lei 12.973 (anterior Medida Provisória nº 627)**

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Em 2014 o Banco BNPP não optou pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 e consideramos que a referida Lei não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição quando de sua adoção.

**17. RISCO OPERACIONAL**

O Conglomerado mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Conglomerado manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).



**18. RISCO DE CRÉDITO**

A área de gestão do risco de crédito atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito.

A área de Risco de Crédito está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO**

O Conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado onde identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

A área de gerenciamento do risco de mercado, funciona independentemente das áreas de negócios, e é responsável pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, pela aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, pela validação dos novos produtos e pelas decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**20. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta pelo Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) que atua com apoio das áreas de Finanças, Compliance, Tesouraria e Gestão de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito, entre outras. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do Conglomerado Financeiro e do Conglomerado Prudencial. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**21. RISCO DE LIQUIDEZ**

O Conglomerado, em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento, manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

---

**CONTADOR**

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

---

## **Banco BNP Paribas Brasil S.A.**

### **São Paulo / SP**

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 1º e 10º ao 14º andares - CEP 04543-906

Tel.: 11 3841.3100 / Fax: 11 3841.3266

### **Belo Horizonte / MG**

Rua Antônio de Albuquerque, 271 - 15º andar - CEP 30112-010

Tel.: 31 3254.1250 / Fax: 31 3254.1260

### **Curitiba / PR**

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar - CEP 80240-240

Tel.: 41 3099.7250 / Fax: 41 3099.7260

### **Rio de Janeiro / RJ**

Av. Rio Branco, 1 - 10º andar CEP 20090-003

Tel.: 21 3049.8200 / Fax: 21 3049.8231



**BNP PARIBAS** | O banco para um mundo em mudança

[bnpparibas.com.br](http://bnpparibas.com.br)